

Narrativas do colonato: resistências cotidianas e porta-vozes no Sudeste cafeeiro – RJ

Marcus Dezemone*

O colonato foi o sistema que organizou a produção de café, na exploração da terra e do trabalho no Sudeste cafeeiro, de fins do século XIX até meados do século XX. Nas diversas fazendas em que foi adotado, envolveu homens e mulheres cujas trajetórias de vida se entrelaçaram com os processos de gênese, alteração e desagregação desse sistema. As narrativas produzidas por trabalhadores juridicamente livres permitem colocar em relevo conflitos de duas naturezas. De um lado, os conflitos visíveis que produziram as grandes manifestações camponesas, sobretudo na década de 1960, deixando registros públicos em jornais, arquivos policiais e processos administrativos. Por outro lado, as narrativas também permitem recuperar conflitos menos visíveis, do dia a dia, circunscritos às fazendas e associados às formas de resistência cotidiana, consideradas por Scott (1986) como as “armas dos mais fracos”.

O objetivo deste artigo é entender o papel dos conflitos menos perceptíveis, tais como boicotes, atos de sabotagem, atos não combinados ou permitidos pelas regras do colonato. Tais ações não deixaram tantas marcas em fontes documentais, mas podem ser percebidas nos testemunhos daqueles que estiveram vinculados ao colonato. Para isso, este trabalho concentra sua atenção na região serrana fluminense, por meio de *corpus* documental obtido junto à antiga fazenda cafeeira Santo Inácio. A partir de um conjunto de

* Doutor em História, professor adjunto de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), membro do INCT Proprietas. E-mail: dezemone@gmail.com.

entrevistas realizadas com descendentes de trabalhadores rurais e de proprietários, pretende-se destacar os conflitos cotidianos que foram fundamentais na construção de noções de direitos.¹

A análise coloca em destaque os depoentes reconhecidos como porta-vozes autorizados (Boltanski, 1982), isto é, lideranças tratadas por seus grupos e pelos demais envolvidos com o colonato na região como capazes de falar em nome de outros indivíduos. Os testemunhos dos porta-vozes são fundamentais para reconstruir as disputas, os conflitos, as negociações e os momentos de acomodação que conformaram o colonato na região.

A fazenda Santo Inácio: do cativeiro à reforma agrária

Na segunda metade do século XIX, a fazenda Santo Inácio estava voltada à produção de café no modelo da grande lavoura de exportação, com a exploração do trabalho escravo de origem africana. A propriedade foi adquirida em 1872 pela empresa Moraes & Sobrinho, sociedade entre o Barão das Duas Barras, João Antônio de Moraes (1802-1884), e seu sobrinho, o Visconde de Imbé, José Antônio de Moraes (1821-1890). Desde a partilha em vida dos bens do barão, a fazenda ficou sob controle dos descendentes diretos do visconde, tendo sido herdada pelo seu filho mais velho, Trajano de Moraes (1858-1911). Médico influente, Trajano teve seu nome escolhido em 1938 para rebatizar o município que, desde sua emancipação de Santa Maria Madalena em 1891, chamava-se São Francisco de Paula. Isso evidencia a autoridade e o prestígio da família Moraes na região.

Os Moraes chegaram a reunir cerca de mil escravos em 22 propriedades rurais, apelidadas por um descendente como uma “galáxia de fazendas”. De todas elas, a Santo Inácio foi a única desapropriada parcialmente para fins de reforma agrária, em 1987. Esse foi o desfecho de conflitos que assumiram

1 As entrevistas foram realizadas como parte de um amplo projeto de pesquisa intitulado *Assentamentos rurais em perspectiva comparada*, no começo da década de 2000. Entre outros objetivos, a pesquisa pretendia reconstituir a história de quatro assentamentos rurais criados a partir de políticas de reforma agrária implementadas no estado do Rio de Janeiro. O trabalho foi coordenado por Afrânio Garcia Jr. (EHESS-Paris); Leonilde Medeiros e Sergio Leite (CPDA-UFRRJ); e Mario Grynspan (FGV e UFF); com financiamento do CNPq, Faperj e Fundação Ford. De agosto de 1999 a maio de 2002, atuei como bolsista de iniciação científica pelo CNPq. Ao término da graduação, pude ampliar a pesquisa a partir de mais de trinta horas de gravação sobre a história do assentamento rural Santo Inácio, ponto de partida para a dissertação de mestrado e a pesquisa de doutorado (Dezemone, 2008a).

visibilidade e expressão pública desde os anos 1960, em especial durante a ditadura militar. Naquele período, o descendente da família proprietária que respondia pelo imóvel era um general do exército brasileiro, com laços estreitos com a cúpula dos últimos governos autoritários.

No começo dos anos 1960, a substituição dos cafezais pela pecuária extensiva foi adotada na Santo Inácio, cerca de 20 anos mais tarde que na maior parte das fazendas da região. Nos municípios serranos, a menor demanda por mão de obra exigida pela pecuária, associada à necessidade de mais terras para pasto dos animais, acarretou a desagregação do colonato, com a expulsão de famílias de trabalhadores das fazendas. Com isso, foram observados diversos conflitos entre trabalhadores e fazendeiros na região.

Chama atenção que o parecer do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que fundamentou o decreto de desapropriação da fazenda Santo Inácio em 1987 destacava a existência de “conflitos intermináveis”. Segundo o parecer, os conflitos tiveram uma inflexão nos anos 1960, quando, a mando do general Moraes, à época coronel, o gado foi colocado para pastar nas lavouras dos trabalhadores que ainda residiam nas terras da propriedade.

Na década de 1980, quando a fazenda foi desapropriada, os trabalhadores que ainda viviam na Santo Inácio tinham origens sociais bastante diversas. Havia colonos descendentes de escravos da própria fazenda, bem como homens livres pobres que tinham se instalado em diferentes contextos, do pós-abolição até os anos 1940. Além desses dois grupos, havia ainda trabalhadores de origem europeia, sobretudo italiana e espanhola, cujos ascendentes chegaram no município na última década do século XIX e começo do século XX. A condição de proprietária da família Moraes não parecia ser questionada por nenhuma dessas famílias que permaneceram ou ingressaram na fazenda desde o século XIX. Isso acontecia, entre outras razões, porque a permissão para um trabalhador se instalar nas terras da fazenda dependia do aceite do fazendeiro, muitas vezes representado pelo administrador, homem de confiança do proprietário.

As formas de resistência cotidiana

A partir das narrativas entrecruzadas dos próprios envolvidos, buscou-se reconstituir os aspectos considerados por eles relevantes para compreender a história do colonato na fazenda, que se confunde com a existência de conflitos e a conformação de noções de direitos entre os trabalhadores.

Foi dessa maneira, enquanto representações de experiências compartilhadas, que os conflitos deixaram vestígios que podem ser acessados por meio das entrevistas.

As análises tradicionais sobre os movimentos sociais no campo atribuíram um destaque maior àquilo que seriam as “grandes mobilizações”, os conflitos mais abertos, no sentido de movimentos amplos, de caráter nacional, que teriam por objetivo alterar por completo o estado das coisas vigente, substituindo poderes constituídos (Dezemone, 2004). Tais abordagens deixariam de lado, numa posição secundária, ou até mesmo ignorada, as formas de mobilização e atuação mais comuns do campesinato: aquelas que autores como Scott (1986) chamaram de “formas de resistência cotidiana”. Para olhar o cotidiano, Scott atentou às formas de percepção dos próprios atores e grupos subordinados sobre as disputas em que estavam envolvidos, em oposição aos termos e parâmetros dos grupos dominantes, que minimizavam e desqualificavam as variadas formas de resistência.

Se as formas de resistência cotidiana forem colocadas em primeiro plano, as lutas mais abertas, receptoras de destaque e visibilidade na esfera pública, que legaram vestígios mais perceptíveis por meio de jornais, da polícia e da justiça, deixarão de ser o principal – quando não o único – objeto de análise. Essas lutas, frequentemente realçadas pelas interpretações clássicas, passarão a dividir a atenção com os momentos que tradicionalmente ficam relegados a uma atenção secundária: os períodos de desmobilização, de conflitos menos visíveis, que não aparecem nos jornais, não levam a registros policiais ou ações judiciais. Tais momentos teriam contribuído para erodir bases há muito arraigadas da dominação tradicional, às vezes de forma pouco nítida e num ritmo lento, por meio das resistências do dia a dia.

As resistências cotidianas devem ser valorizadas para melhor pensar conflitos no mundo rural, pois, entre o sentimento de desconforto com algo e sua expressão individual ou coletiva, há um longo percurso que não necessariamente desemboca numa disputa aberta. Isso indica a permanência dos conflitos para além dos momentos de mobilização e das lutas mais atrativas do foco de historiadores e cientistas sociais. No dizer do antropólogo Moacir Palmeira, “o estudo dos conflitos em períodos de desmobilização é fundamental para entender o aparecimento ou desaparecimento de conflitos mais abertos” (Palmeira, 1979, p. 171). Além disso, essa escolha permitiria, na ótica de Palmeira, propor um recorte dos fatos alternativos àqueles comumente escolhidos, pois muitas vezes o recorte tradicional das grandes

manifestações sociais e movimentos contemplados nas análises clássicas “não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos e tensões de longa data” (Palmeira, 1979, p. 41).

Convém o alerta de que fazer essa opção não significa considerar que desmobilização e mobilização seriam duas faces de uma mesma moeda, o que desembocaria, necessariamente, sempre em lutas e conflitos abertos de grandes proporções. Isso comprometeria a análise, que assumiria, mesmo sem admitir, uma perspectiva teleológica, como se as lutas fossem um resultado inexorável, previamente definido. Trata-se de atentar à desmobilização e às formas de resistência cotidiana para melhor entender os momentos de lutas mais visíveis, abertas, mas também compreender o porquê da opção muito frequente, aparentemente mais comum, de não lutar, de conviver com a sujeição, percebida por estudiosos, não raro, como equivalente à ausência de resistência.

A implicação dessas considerações sobre o estudo dos momentos de desmobilização é buscar o que estava em jogo para os atores nos seus próprios termos. Esse procedimento revelaria como eles percebiam e lidavam com as circunstâncias que os cercavam, posicionando-se e efetuando escolhas. Por essa razão, os testemunhos dos envolvidos emergem como aspecto central a ser considerado na análise, ao acionarem suas memórias sobre os processos analisados e as organizarem em suas narrativas.

A memória e os porta-vozes autorizados

Pollak (1990) considera que a memória seria, antes de qualquer coisa, um fenômeno individual, mas submetido a construções coletivas. As memórias das pessoas envolvidas com a fazenda Santo Inácio permitiriam pôr em evidência elementos marcantes dos conflitos que as originaram. Trata-se de reconstituir, nos termos sugeridos por Rousso (2001), uma história da memória da fazenda Santo Inácio. Para o autor, “o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa” a “oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender” (Rousso, 2001, p. 96-97).

Esse esforço ajudaria a compreender os vínculos entre desmobilização e luta política, na medida em que ambos tornam conflitos mais perceptíveis. Ao mesmo tempo, a história da memória forneceria indícios relevantes para

entender questões mais amplas, que não se limitariam à fazenda Santo Inácio ou à região serrana fluminense.

O leque ampliado de entrevistados permitiu confrontar testemunhos e mapear padrões narrativos. O resultado foi a identificação de pontos-chave da história da memória da fazenda, do colonato e das identidades construídas em meio aos conflitos cotidianos e aos de maior visibilidade.

A reflexão diante do conjunto de entrevistas com as pessoas envolvidas com a fazenda Santo Inácio² identificou três grupos relevantes para a história da memória da fazenda: o dos proprietários; o dos trabalhadores rurais assentados; e o dos trabalhadores não assentados, excluídos do recebimento de lotes por ocasião da desapropriação. Tais grupos não podem ser tomados como blocos monolíticos, pois possuem diferenciações internas e, ainda, subgrupos. Por exemplo: entre os ex-trabalhadores da fazenda que se tornaram assentados, foram reconhecidas distinções entre ex-colonos e ex-empregados. Outros assentados eram membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais que não tinham envolvimento com a antiga propriedade cafeeira.

Neste artigo, optou-se por utilizar um grupo menor de entrevistas, que privilegiariam as narrativas daqueles que foram identificados como “porta-vozes autorizados”. Essa categoria de análise foi construída a partir do conceito de “porta-vozes” utilizado por Boltanski (1982) em seus estudos sobre a origem dos executivos como um grupo social na França. Os “porta-vozes” seriam pessoas que falam em nome de um grupo, procurando impor sua representação do mundo social aos demais indivíduos ou grupos com os quais se relacionam.

De forma recorrente nas entrevistas, os porta-vozes eram apresentados como aqueles que “chefiavam”, que “poderiam contar tudo”, que “acompanharam tudo de perto”.³ Assim, os escolhidos para a realização das entrevistas foram selecionados a partir das indicações de várias pessoas. O reconhecimento da fala de um porta-voz não se dá apenas pelo seu grupo de origem, mas também pelos outros grupos que o consideram autorizado a representar outras pessoas. Quem teve legitimidade atribuída pelos assentados para retratar as experiências compartilhadas de vida, de trabalho e de lutas foi

2 Sobre a história do assentamento Santo Inácio foram entrevistadas mais de vinte pessoas, totalizando cerca de trinta horas de gravação. Os áudios e transcrições estão disponíveis no CPDA-UFRRJ.

3 Uma apresentação detalhada dos depoentes, bem como as condições de realização das entrevistas, roteiros, transcrições e metodologia, pode ser encontrada em Dezemone (2008a).

reconhecido como liderança dos assentados tanto por proprietários quanto pelos excluídos do assentamento. Ou seja: não basta que o próprio grupo autorize alguém a falar em seu nome; é preciso ser reconhecido e “autorizado” pelos demais grupos.

Pelos critérios adotados de reconhecimento recíproco, foram três os “porta-vozes autorizados”. O primeiro foi o Sr. Álvaro Pereira da Silva, mais conhecido como Álvaro “Roldão”, nascido em Itaocara, no estado do Rio de Janeiro, em 1916. Ele foi ex-colono da Santo Inácio e de outras fazendas da região serrana. Sr. Roldão participou ativamente da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Trajano de Moraes nos anos 1960 e da resistência à expulsão da terra na década seguinte. A militância lhe rendeu passagens pela polícia política. Com a desapropriação, tornou-se assentado na antiga fazenda Caixa d’Água, gleba da Santo Inácio.⁴

O segundo depoente foi o Sr. Juscelino Candido da Silva, apelidado de “Binó”. Nascido em Trajano de Moraes, quando o município ainda se chamava São Francisco de Paula, em data incerta, e falecido em 2003, o Sr. Binó foi empregado e colono em várias fazendas da região. Ele era um dos mais antigos moradores do município, possuindo extensa rede familiar. Desde a década de 1960 morava na fazenda Santo Inácio, onde se aposentou como empregado, em uma casa cedida com a anuência dos proprietários. Faleceu, segundo relatos, com 115 anos, o que seria confirmado por um registro de batismo que aparenta ser seu. Sua mãe, de acordo com o registro, chamava-se Joana. Sua avó, segundo seu depoimento, era africana e fora escravizada.⁵

Por fim, em nome dos proprietários, emerge o Sr. José Antonio Barbosa de Moraes, nascido em São Francisco de Paula, em 1924. Conhecido como General Moraes, pela sua patente militar, é neto de Trajano de Moraes e um dos herdeiros da fazenda Santo Inácio. O General Moraes era claramente reconhecido como proprietário da fazenda, embora ela tenha sido dividida

4 O Sr. Álvaro Pereira da Silva foi entrevistado em três ocasiões. A primeira foi em 1º/07/2001, por Elizabeth Linhares, Luciano Nunes Padrão e Marcus Dezemone (90 min.), e a segunda, em 09/09/2001, por Afrânio Garcia e Marcus Dezemone (150 min.), ambas disponíveis no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos rurais*, caixa “Santo Inácio”. A terceira foi em 08/09/2007, quando o Sr. Álvaro foi novamente entrevistado pelo autor deste artigo. Para os demais dados, ver: APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, Pontuário n. 34.129 de Álvaro Pereira da Silva.

5 O Sr. Juscelino Candido da Silva foi entrevistado em 10/09/2001, por Afrânio Garcia e Elizabeth Linhares (150 min.). O registro está disponível no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos rurais*, caixa “Santo Inácio”. Para o assentamento de batismo: Freguesia de São Francisco de Paula, Livro de Batismo n. 5, p. 22 v., 15/07/1888.

entre cinco irmãos. Foi escolhido pelos outros para administrá-la em condomínio desde o falecimento da mãe na década de 1970.⁶

Quando perguntado ao Sr. Binó sobre uma liderança do assentamento, ele declarou, sem hesitar, que “o chefe da Caixa d’Água, da reforma agrária, é o Sr. Roldão” (Sr. Binó, 2001). Este, por sua vez, em sua primeira entrevista, mencionou o “conhecimento” que o Sr. Binó teria da fazenda, na sua condição de ex-empregado e antigo colono (Sr. Roldão, 2001). Sobre Roldão e o General, a revista *Isto É* os apresentou, respectivamente, como “antigo posseiro” e “proprietário da fazenda”, numa reportagem sobre a desapropriação em 1987 (Invasões..., 1987, p. 26-27). Álvaro Roldão declarou a respeito do militar que “ele é dono da fazenda Santo Inácio” (Sr. Roldão, 2000), sem mencionar nenhum outro herdeiro. Constata-se que os porta-vozes são reconhecidos uns pelos outros como legitimados e autorizados para falar em nome dos seus grupos.

Os tempos do colonato e a organização das narrativas

Em seus depoimentos, os porta-vozes autorizados fizeram referências a *tempos* diversos, que variam em seus referenciais, ênfases e durações. Não coincidem, assim, com o tempo cronológico ou com os marcos consagrados pelos historiadores. Os *tempos* agrupariam recordações em torno de pessoas e acontecimentos. A ideia de *tempo* usada se aproxima daquela assinalada por Câmara Cascudo como “medida de duração das coisas, da época”. Para o autor, “diz-se sempre tomando-se um ponto de referência. Na linguagem popular usa-se no Tempo Antigo, no tempo dos Antigos, no Tempo do Rei Velho, referindo-se a El-Rei Dom João VI, especialmente em sua entrada no Brasil” (Câmara Cascudo, 1984 apud Palmeira, 2002).

Os porta-vozes tinham um marco fundamental na ocasião em que as entrevistas foram realizadas: a posição ocupada antes, durante e depois do processo que teve como desfecho a desapropriação do imóvel em 1987. Esse acontecimento determinava, em grande medida, a seleção, a organização e os sentidos atribuídos ao passado. Sabe-se que não é possível recordar todas as

6 O general José Antonio Barbosa de Moraes concedeu entrevista em 25/05/2001 a Elizabeth Linhares (60 min.). Como as demais, encontra-se no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos rurais*, caixa “Santo Inácio”.

experiências vividas. A lógica de estruturação do passado e a escolha do que vai ser lembrado ou esquecido passam por aquilo que Pollak (1992) chamou de “seletividade da memória”.

Diversos autores compartilham a noção de seletividade, contudo o aspecto central é explicar o mecanismo que a preside. Segundo Velho (1988), a seletividade da memória é pautada em critérios retrospectivos e prospectivos. Ao lembrar, quem o faz leva em conta a perspectiva do presente, que, ao ser estendida ao passado, atribui coerência, lógica e encadeamento onde geralmente não há. Ao voltar-se para o passado, quem lembra estende igualmente, junto com a perspectiva do presente, o que almeja para o futuro. Há nisso uma aproximação com o que Velho (1988) chamou de projeto.⁷

É importante salientar que múltiplos *tempos* foram notados, inclusive sobrepostos. Emergem nos depoimentos o *tempo do café* ou o *tempo do trem*. Por razões variadas, não raro esses tempos são tratados enquanto épocas de ouro, que enfatizam o período de duração do cultivo do café ou de existência da ferrovia que cortava o município de Trajano de Moraes. Outras três temporalidades serão mais bem exploradas neste artigo, pois aparecem nos relatos organizando os acontecimentos da história da fazenda e das relações entre proprietários e não proprietários: o *tempo do cativo*, o *tempo de Getúlio Vargas* e o *tempo da reforma agrária*.

Um *tempo* específico só fica claramente definido em relação à confrontação com outro *tempo*. As narrativas estabelecem, dessa maneira, aquilo que tem sido notado por diversos trabalhos, numa forma de selecionar e organizar as lembranças do passado dentro de um *diálogo dos tempos*.⁸ Para o porta-voz autorizado dos proprietários, os tempos dialogam nos termos do controle da terra por meio da propriedade, que resultava na ausência de conflitos: “No tempo que a fazenda era nossa, eles [os colonos] tinham tudo o que eles queriam, nunca colocamos ninguém para fora, eles tinham toda a terra que eles quisessem para plantar” (General Moraes, 2001). Para assentados e não assentados, o diálogo se deu em outras bases. Segundo o Sr. Binó (2001),

7 Velho (1988, p. 119) apropria-se da noção de “projeto” de Alfred Schutz como uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Essa categoria estaria imbricada na ideia de indivíduo-sujeito – aquele que faz projetos. Embora denote excessiva racionalização, a categoria é útil para pensar a articulação entre a seleção do passado e sua dimensão prospectiva.

8 A expressão foi usada por Karina Baptista (2002) no título de sua dissertação, que tratava da relação entre passado e presente, cativo e liberdade, nos relatos de descendentes de escravos. Aqui, a expressão aparece num sentido mais amplo, de comparação dos tempos que emergiram dos depoimentos.

“naquele tempo o pobre não tinha direito”. O Sr. Roldão (2001) é enfático: “Direito é do patrão. Porque o trabalhador não tinha direito. Direito era de quem era dono da terra”.

Entender o porquê do emprego de certas palavras e expressões e não de outras significa mergulhar na lógica, nos valores, nos sistemas de classificação e nas visões de mundo daqueles que se quer compreender. Dessa forma, os *tempos* constituem o que pesquisadores como a antropóloga Lygia Sigaud (1978) denominam por categorias nativas. Essas categorias seriam os termos forjados e mobilizados pelos próprios atores envolvidos em suas temporalidades. Distinguem-se, assim, das categorias analíticas, construídas pelo pesquisador no seu esforço de compreensão do mundo social.

O tempo do cativo

O primeiro dos *tempos* que apareceram como a origem da fazenda foi, para os ex-colonos, o *tempo do cativo*, enquanto, para o proprietário, seria o *tempo da escravidão*. A diferença está não apenas na palavra, mas no que ela representa. De um lado, a produção com o trabalho compulsório: “A fazenda é uma fazenda de café do *tempo da escravidão* e a mão de obra era de escravo” (General Moraes, 2001). Do outro lado, o tratamento conferido à força de trabalho: “A fazenda é muito antiga, a fazenda deve ser do pai do doutor Moraes. Herança dele. Tinha até um porão lá que botava os escravos. Era um cativo, essa fazenda era um cativo” (Sr. Binó, 2001).

No *tempo do cativo* foram reunidas evidências que permitiram contrariar as memórias e teses que insistem no abandono das fazendas pelos ex-escravos após a Lei Áurea (Dezemone, 2008a). Foi constatado ainda o fortalecimento dos laços familiares entre os escravos das grandes fazendas cafeeiras, o que contribuiu para a permanência deles depois da emancipação, como indicam as palavras do Sr. Binó (2001):

Minha avó veio da África. Ela viu o cativo. [...] Veio menina, já casou aqui as filhas etc., e neto, ela foi, morreu... devia estar com uns cento e poucos anos. Aí já não era mais cativo. Aí já era posse do colono. Aqui em Santo Inácio. Quer dizer, ela viveu esse tempo todo, a vida dela toda, na fazenda Santo Inácio.

A permanência na terra afirmada no relato resultava, entre outras razões, de noções de direitos, como o acesso a cultivos de subsistência: “Plantava lavoura branca: milho, feijão, batata-doce, batata-inglesa, tinha sua cana. E isso aí era do pobre. Tudo era do pobre” (Sr. Binó, 2001). Nota-se a associação de “colono” a “pobre” na fala do porta-voz. Apesar do acesso aos cultivos de subsistência no contrato de colonato, havia três obrigações principais por parte do colono como condição para trabalho na fazenda: a entrega da *meia*, a possibilidade de pagamento da *renda* e a prestação de trabalho nas *turmas* (Dezemone, 2015).

De acordo com o Sr. Binó, a *meia* consistia na entrega, sem pagamento à fazenda, de metade da produção, tanto do café quanto da cana: “Se tivesse canavial, só tinha meia da cana. É, se moesse cana... tinha meia da cana. Mas milho, feijão etc. era só do pobre. Criação aqueles que podia criar, podia criar porco etc. Isso tudo aí era do colono”. A *renda* era o percentual devido à fazenda pelos produtos cultivados, que variava entre 10% e 20%. No *tempo do cativo*, não havia cobrança incidindo na lavoura branca. Já o trabalho nas *turmas* era compulsório e não remunerado. O colono teria que, duas vezes por semana, contribuir com atividades de preparação, plantio, trato, colheita, transporte e secagem do café nas terras da fazenda, que não seriam terras do próprio sítio.

Além das obrigações do sistema do colonato, os depoimentos realçam elementos de continuidade com o passado escravista: “O cativo quando acabou, o fazendeiro ficou com aquela catinga do cativo ainda”. Ou seja, nas falas aparece a noção de que o tratamento conferido aos trabalhadores juridicamente livres se dava em bases semelhantes ao da vigência da escravidão, sobretudo no trabalho obrigatório nas lavouras dos fazendeiros com as *turmas*. “Era a lei deles”, explica o Sr. Binó (2001). Além disso, o prazo para sair de uma fazenda, abandonando roças e cultivos sem nenhum tipo de indenização, aparece nos relatos como o mais marcante exemplo do arbítrio: “Se um camarada não desocupasse com 24 horas, amanhã [...] o fazendeiro mandava o cara vir tirar a telha da casa, se não saísse com 24 horas”.

Curiosamente, os motivos das expulsões “com 24 horas” são com frequência minimizados nos relatos, em virtude da facilidade de obtenção de casa em outras fazendas, pois, “naquele tempo, em qualquer fazenda você encontrava uma casa para morar” (Sr. Binó, 2001). A dispensa emerge como algo muito comum no colonato. Há aqui um aspecto importante revelado na entrevista do Sr. Binó. Ao serem pensadas com um pouco mais de cuidado, as palavras do ex-colono sugerem a existência de um arranjo que teria permitido a menor visibilidade de conflitos até meados do século XX.

Quando fala da expulsão de seu padraсто da fazenda Santo Inácio e ingresso na fazenda das Neves, o Sr. Binó afirma que “[...] hoje não acontece isso, [...] porque o pobre hoje não acha uma casa pra morar”. Segundo o Sr. Binó, os “pobres”, no momento da entrevista, estariam “por cima da carne seca”, numa situação bem melhor quando comparada à sua infância e juventude. A única ressalva é que “naquela época o pobre achava casa pra morar”. À primeira vista, o significado dessa expressão estaria relacionado ao sentido urbano atribuído ao verbo morar como sendo o mesmo que habitar. Contudo, morar, para os colonos da região serrana, associa trabalho e residência numa fazenda. Para o ex-colono, a “catinga do cativoeiro” e as “24 horas” situam-se numa época em que “os pobres” encontravam “casa pra morar”, ou seja, trabalho e moradia combinados, o que hoje não aconteceria mais.

O Sr. Binó afirma que, após a expulsão da fazenda Santo Inácio, a família foi para a fazenda das Neves, e conta: “[...] depois, eu me enjoei. Saí da fazenda das Neves, da Piedade, fui [voltei] pra fazenda das Neves. [...] Aí eu vim pra aqui [Santo Inácio], pedi uma casa pra mim pro Antônio Cordeiro, o administrador que morreu há pouco tempo” (Sr. Binó, 2001).

Seja por motivo voluntário, seja pelas expulsões – com as 24 horas e o tirar as telhas –, quando saíam de uma propriedade, os trabalhadores encontravam abrigo noutra fazenda, recebendo obrigações (iguais ou com pequenas variações) e devendo prestar serviços de natureza pessoal a outro fazendeiro ou administrador. Deve ser enfatizado que não eram todos os colonos expulsos de uma fazenda que conseguiam entrada imediata em outra após a saída, embora os depoimentos orais coletados sempre afirmem isso. Esse tipo de representação deve ser encarado enquanto uma possibilidade. Assim, a circulação pelas fazendas da região mantinha estável o grupo de dependentes dos proprietários, assegurava clientela política aos últimos e permitia a reprodução de um modo de vida camponês aos trabalhadores, afastando-os das incertezas que envolviam o deslocamento para a cidade.

O tempo de Getúlio

O *tempo de Getúlio Vargas* foi outro que se impôs, de forma recorrente, nas narrativas. Para o proprietário, o presidente relaciona-se a uma mudança familiar: “Meu pai foi cassado pelo Getúlio porque ele era Washington Luís. E coincidiu em 30, 31, com a baixa do café. Aí nós fomos morar na fazenda

e ficamos na fazenda esse tempo todo” (General Moraes, 2001). Para os ex-colonos, a imagem de Vargas aparece vinculada a outras recordações: “Essa lei que nós temos hoje, trabalhista, eu te confesso que tudo nós devemos a Getúlio Vargas”, afirma o Sr. Roldão (2001); “Porque, eu acho se não fosse por ele [Getúlio], essas leis não tavam aí, não”, diz o Sr. Binó (2001).

No *tempo de Getúlio* evidencia-se com muita força um inesperado lugar privilegiado do ex-presidente, que aparece marcadamente associado ao combate ao arbítrio e vinculado a noções de direitos nos relatos de camponeses sobre os anos entre 1930 e 1950:

Eu conheci vários governos. Conheci o Washington Luís [...]. Era o governo que mandava tirar das telhas da casa e botar o povo na estrada, era o governo que mandava tirar a mudança de dentro de casa e jogar lá na estrada. Depois o Getúlio Vargas veio, pegou e criou essa lei trabalhista. Nós agradecemos muito e devemos ao Getúlio Vargas. A legislação trabalhista está sendo desmontada. Getúlio Vargas foi o rei, foi o homem que abriu o caminho de todos. (Sr. Roldão, 2000).

Considerados pela produção acadêmica como afastados do alcance da legislação trabalhista, os trabalhadores rurais atravessaram um período muito conturbado na década de 1930. Os efeitos da “dupla crise” no campo – crise de 1929 e Revolução de 1930 – geraram inúmeras mudanças, no que poderia ser percebido por um pesquisador como uma época de perdas. Isso faria a presença positiva de Vargas na memória parecer, no mínimo, contraditória. Tal contradição, contudo, é apenas aparente. A presença positiva de Getúlio se mostra generalizada no mundo rural brasileiro e encontra amparo em outras fontes, como processos administrativos e judiciais e cartas enviadas aos camponeses ao então presidente da república (Dezemone, 2008b).

O desgaste da dominação tradicional aparece nas narrativas dos portavozes autorizados em referências como as faltas aos dias de *turma* – o trabalho não remunerado nas terras da fazenda. Aparece ainda nos boicotes no pagamento da *meia* ou da *renda* – as combinações de entrega de parte da produção do colono à fazenda. Para ter uma maior apropriação do resultado do seu trabalho, os colonos intensificaram o plantio de produtos excluídos da *meia* e da *renda*, cuja comercialização era rentável. O Sr. Roldão fala do abandono do café, o que o levou a deixar de pagar a *meia*, atribuindo aos fazendeiros a responsabilidade por fraudes que justificariam sua opção:

Dava cinquenta, mas o homem [o administrador] levava tudo lá pra fazenda. Ele... ele ficava com a meia dele, comprava a parte da gente. Só que tem que eles enrolavam os pagamentos da gente. Então no primeiro ano que eu mandei café pra lá pra fazenda, uma porção do café que eu colhi aí, mandei pra lá, ele foi e levou. Quando no ano seguinte, quando o café, o outro café tava maduro, foi que ele pagou aquela colheita, num envelope com sessenta mil-réis. Não explicou quanto que deu o café, quanto valeu. Falei: 'Ih, é assim? Não vou plantar café, não'. Aí deixava café, dava, assim, dez por cento do que eu colhi mesmo, o café eu largava pra lá. (Sr. Roldão, 2001).

A demora da fazenda em quitar o pagamento da *meia* aos colonos é retratada pelo Sr. Binó quando diz que “custava a fazer o acerto da conta” (Sr. Binó, 2001). O que as recordações permitem afirmar é que as atitudes dos proprietários também contribuíram para o abandono do café. Isso não figura no depoimento do General Moraes, que sintetiza a trajetória das obrigações e do descumprimento delas como responsabilidade dos colonos:

No tempo do café havia a *meia* do café. E não havia nenhuma contribuição do colono pela lavoura branca. Acontece que o café acabou e ficou só a lavoura branca. E aí meu pai chegou para eles e disse: 'Então vamos fazer o seguinte: já que vocês estão plantando milho, que 20% do milho seja para a fazenda'. Algum tempo deram, depois pararam de dar. E como a banana não estava na combinação, todo mundo passou a só plantar banana. (General Moraes, 2001).

O depoimento indica uma alteração nas combinações do colonato diante dos efeitos da dupla crise: a inclusão da lavoura branca na cobrança da *renda*. Afirma ainda que os colonos intensificaram o plantio de banana para comercialização pelo fato de ser um produto excluído da *renda* e da *meia*. Tem-se aqui a constatação de que a opção dos colonos pela bananicultura se configura, no médio e no longo prazo, como uma estratégia que mina as bases do sistema de colonato, aproximando-se do sentido atribuído por Scott (1986) às resistências cotidianas. O que se defende é que essas ações expressam a erosão da autoridade tradicional e, ao mesmo tempo, contribuem para enfraquecer as bases da dominação pessoal do fazendeiro, com a redução das receitas provenientes da produção de café e de outros produtos cultivados pelos colonos na fazenda.

O tempo da reforma agrária

A última temporalidade acionada foi a do *tempo da reforma agrária*, referenciado, para os assentados, no processo de lutas que organiza a memória. Foi assim que o Sr. Roldão (2001) ajudou o pesquisador a se localizar cronologicamente num determinado momento da entrevista quando falava das lutas dos anos 1960 e da prisão após o golpe de 1964: “Isso já foi depois que eu fui preso e parti para a reforma agrária”, que, a rigor, só ocorreu em 1987. Até os colonos e empregados que não se beneficiaram diretamente da desapropriação têm a mesma visão que mistura o resultado com o processo para atingi-lo: “[...] [os que lutaram] foram presos mesmo e algemados e iam pra Ilha Grande. Mas com tudo que eles [os que foram presos] fizeram, ainda levaram vantagem na reforma agrária”, sentencia o Sr. Roldão. A medida de tempo no relato do porta-voz dos proprietários, o General Moraes, é o ato de desapropriação: “Eu estou falando antes de ser desapropriado. Agora foi tudo desapropriado!”. A reforma agrária tem, dessa maneira, um significado bastante diferente, de reorganização de um modelo fundiário, e não de lutas: “Essa reforma agrária é uma mentira. Eu não estou falando porque eu sou proprietário, não. Hoje em dia essa agricultura familiar não tem futuro! As fazendas têm que ser grandes, com tecnologia, para poder funcionar” (General Moraes, 2001).

A ação dos movimentos sociais e do sindicalismo rural na década de 1960 revelou a presença de militantes de sindicatos urbanos, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PCB (Partido Comunista Brasileiro). O plantio da banana, introduzido diante dos efeitos da “dupla crise” no colonato, é justificado das mais variadas formas, dependendo do entrevistado. Para as lideranças sindicais, o mais importante era assegurar indenização em caso de expulsão da terra, visto que a banana era definida legalmente como “bem de raiz”, o que aumentava os valores das indenizações por benfeitorias em caso de despejo, conforme estipulado pelo Código Civil de 1916. Para os colonos menos envolvidos com a política, prevaleceu o valor de comercialização e o intervalo de corte, em geral bastante curto, variando de 30 a 40 dias. De qualquer modo, o crescimento da produção de banana no município é espantoso: em 1950 correspondia a 121.718 cachos, saltando para 570.433 em 1970, num aumento de mais de 460%. De 1980 a 1985, anos em que antecederam a desapropriação, o aumento foi mais assombroso.

Depois do golpe e da repressão, a década de 1970 teve uma ação sindical que soube operar em seu favor as próprias iniciativas do regime autoritário na

busca de sua legitimação, como a reabertura dos sindicatos fechados em 1964, para a extensão da previdência social rural depois de 1971. Os depoimentos lançam luz sobre as estratégias de entidades representativas como o sindicato, dos militantes e dos trabalhadores rurais num contexto bastante desfavorável para suas demandas, potencializado numa fazenda como a Santo Inácio, cuja propriedade, naquela ocasião, pertencia, vale novamente lembrar, a um coronel da ativa do exército, que ainda nos anos 1970 chegaria ao generalato.

Quando o gado foi colocado na lavoura dos colonos da Santo Inácio em fins dos anos 1960, a reação inesperada chamou a atenção do general:

Nunca pensei que aquele pessoal lá tivesse com tanta agressividade. Vieram para cima de mim, eu achei ruim com eles: ‘Então vamos para a polícia.’ Aí fomos todos para a polícia, porque eles pegaram o meu gado e botaram na estrada. (General Moraes, 2001).

O que o militar não devia esperar foi a atuação das organizações de representação dos trabalhadores rurais – o sindicato local, a federação estadual e a confederação nacional –, que apostaram na publicização do conflito, com o envio de cartas para diversas autoridades, e na judicialização, com uma estratégia que postergava a expulsão dos trabalhadores apresentando-os como posseiros, ou seja, desconhecendo a condição do proprietário como legítima (Dezemone, 2008a). É interessante pontuar que, apesar dessa estratégia jurídica, não há referência para os porta-vozes de um *tempo da posse*. Aparecem nos depoimentos a entrada na fazenda através da permissão do administrador, o reconhecimento do proprietário e a condição de “colono” (Dezemone, 2008a).

Cumprir entender por que, aparentemente, os conflitos nas saídas das fazendas tiveram menor destaque no *tempo do cativo* e no *tempo de Getúlio*, mas resultaram em formas de ações coletivas causadoras de surpresa ao proprietário no *tempo da reforma agrária*. O Sr. Roldão resume sua trajetória após a saída de Valão do Barro com a passagem pelo trabalho na lavoura da cana:

Trabalhei na usina uns tempos, mas depois saí. Depois eu quis voltar pra Valão do Barro pra tratar da lavoura. Então fui aonde estava o português. Eu fui pra lá e pedi a ele se ele me dava um lugarzinho pra fazer lavoura, para somente depois seguir para Trajano de Moraes. (Sr. Roldão, 2001).

O que se defende é que um dos fatores que contribuem para a circunscrição dos conflitos e sua menor visibilidade, percebido por meio da reflexão

diante das narrativas, é a constatação de uma intensa circulação da mão de obra pelas fazendas da região.

No *tempo do cativo* e no *tempo de Getúlio*, a saída de um colono de uma propriedade era seguida pelo seu ingresso em outra. Foi o fim dessa circulação, causado, entre outros fatores, pela substituição dos cafezais pela pecuária, que, por um lado, acentuou o êxodo rural e, por outro, intensificou os conflitos. Por isso, as tensões tornaram-se mais visíveis a partir da década de 1960, quando o gado foi colocado nas roças dos colonos.

Após o golpe, as mobilizações de maior expressão pública foram freadas. Todavia, a colocação do gado na lavoura dos colonos a mando do proprietário produziu uma reação inesperada. As condições sociais dessa reação são entendidas quando se atenta ao fim da circulação pelas fazendas da região. A resistência diante do fim da circulação pelas fazendas teria se constituído como uma das alternativas para manter e reproduzir um modo de vida camponês, em que o plantio da banana desempenhou um papel-chave. O acesso aos cultivos para subsistência e comércio era uma conquista herdada do *tempo do cativo* que não pode ser naturalizada, visto que, por exemplo, na região Nordeste do Brasil, ela só se transformou em direito com sua positivação após o Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 (Dezemone, 2008a).

Considerações finais

A trajetória do colonato na fazenda Santo Inácio foi organizada nas narrativas dos porta-vozes autorizados, de proprietários e não proprietários, em três *tempos* – *do cativo*, *de Getúlio Vargas* e *da reforma agrária*. Isso permitiu cobrir um corte cronológico extenso, de longa duração, destacando os episódios e processos relevantes na ótica dos atores envolvidos, como o fim da escravidão, a chegada de Vargas ao poder e a colocação do gado na lavoura dos colonos. Ao conferir sentido a eventos e encadear processos, os *tempos* apresentaram também durações e ritmos próprios, distintos daqueles dos marcos políticos tradicionais ou periodizações consagradas, o que permitiu perceber, por exemplo, a permanência de elementos do cativo para além da Lei Áurea. Possibilitou, ainda, reconhecer que os *tempos* assumiram diferentes significados, inclusive diante de marcos coincidentes, relevantes para trajetórias individuais e coletivas.

As narrativas associadas aos *tempos* revelaram conflitos constantes. O enfraquecimento da dominação tradicional, resultado e expressão das formas de resistência cotidiana, alterou as bases do colonato num período de desmobilização e contribuiu para as lutas mais abertas iniciadas nos anos 1960. Os colonos que conseguiram permanecer nas fazendas resistiram através de formas quase invisíveis: os boicotes aos dias de trabalhos nas *turmas* e ao pagamento da *meia* e da *renda*, bem como o plantio da banana, que, por estar excluída da renda, se constituía em um produto que traria ganhos maiores. Em certos casos, os colonos perceberam que o plantio ainda acarretaria indenizações.

A compreensão da dinâmica de circulação pelas fazendas da região ajudou a entender a razão de conflitos menos visíveis. O fim dessa dinâmica mostrou-se decisivo para explicar a eclosão de conflitos mais abertos na década de 1960, cuja emergência remete à erosão da autoridade tradicional dos proprietários, relacionada, diretamente, às resistências cotidianas.

As condições gerais verificadas no país com a erradicação dos cafezais foram reelaboradas a partir das tensões e condições locais, como as mudanças específicas da fazenda que auxiliaram no não reconhecimento de obrigações pessoais perante os herdeiros. Os processos mais amplos engendraram efeitos que tiveram variados desdobramentos, o que equivale a dizer que as condições gerais não produzem necessariamente os mesmos resultados em todo o país.

Esses aspectos só foram notados porque a investigação procurou incorporar a análise da lógica, das revelações explícitas e implícitas que compõem a produção de imagens nas narrativas dos porta-vozes. A elaboração das categorias nativas não acontece diante do vazio; ela são resultado de condições que podem ser apreendidas. Com isso, é importante compreender quais os significados que as categorias nativas assumiram para os envolvidos. Dessa forma, se procurou pensar como indivíduos e grupos interagem, ampliando ou restringindo seus limites de ação, pois os agentes históricos enxergam ou constroem oportunidades em meio a experiências vividas, produzidas a partir de suas visões de mundo, conformadas sempre em relação a outros atores.

Referências

BAPTISTA, Karina Cunha. *O diálogo dos tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*. Dissertação (Mestrado em História) –UFF, Niterói, RJ, 2002.

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, RJ, 2008a.

_____. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 220-240, jul./dez. 2008b.

_____. O colonato na região serrana fluminense: conflitos rurais, direitos e resistências cotidianas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 265-284, jul./dez. 2015.

_____. Revoluções camponesas no século XX. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004. p. 71-110.

_____. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 171-177.

INVASÕES ilimitadas. *Isto é*, São Paulo, p. 26-27, 29 jul. 1987.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, p. 41-55, ago. 1979.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez. 1992.

_____. Présentation. In: _____. *L'expérience concentratiennaise*. Paris: Métailié, 1990. p. 7-23.

ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 93-101.

SCOTT, James. Everyday forms of peasant resistance. *The Journal of Peasant Studies*, v. 13, n. 2, p. 5-35, 1986.

SIGAUD, Lygia. A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, Rio de Janeiro, (30), dez. 1978.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 95, p. 119-126, out./dez. 1988.

Fontes orais

GENERAL MORAES (José Antonio Barbosa de Moraes) [77 anos]. [maio 2001]. Entrevistadora: Elizabeth Linhares. Rio de Janeiro, RJ, 25 maio 2001.

SR. BINÓ (Juscelino Candido da Silva) [105 anos?]. [set. 2001]. Entrevistadores: Afrânio Garcia e Elizabeth Linhares. Trajano de Moraes, RJ, 10 set. 2001.

SR. ROLDÃO (Álvaro Pereira da Silva) [84 anos]. [jul. 2000]. Entrevistadores: Elizabeth Linhares, Luciano Nunes Padrão e Marcus Dezemone. Trajano de Moraes, RJ, 1º jul. 2000.

_____. [set. 2001]. Entrevistadores: Afrânio Garcia e Marcus Dezemone. Trajano de Moraes, RJ, 9 set. 2001.

_____. [set. 2007]. Entrevistador: Marcus Dezemone. Trajano de Moraes, RJ, 8 set. 2007.

Resumo: O colonato foi o sistema que organizou a exploração do trabalho e da terra na lavoura cafeeira, na região serrana fluminense, de fins do século XIX até a segunda metade do século XX. O objetivo deste artigo é entender o papel dos conflitos menos perceptíveis e das formas de resistência cotidiana, a partir das narrativas de trabalhadores rurais e de proprietários. Para isso, utiliza *corpus* documental relacionado à fazenda cafeeira Santo Inácio, em especial, entrevistas com líderes reconhecidos como porta-vozes autorizados dos diferentes grupos envolvidos. As entrevistas fornecem narrativas sobre o colonato que permitem destacar os conflitos fundamentais na construção de noções de direitos, ajudando a moldar a gênese, as alterações e a superação do sistema.

Palavras-chave: Colonato. Conflitos. Resistências cotidianas. Porta-vozes.

Narratives of the colonato:

daily resistance and spokespersons in the Southeast coffee region – RJ

Abstract: The *colonato* was the system that organized the exploitation of labor and land in coffee plantations, in the mountainous region of Rio de Janeiro, from the late 19th century until the second half of the 20th century. The objective of this article is to understand the role of the less perceptible conflicts and the everyday forms of peasant resistance, from the narratives of rural workers and of plantation owners. For this purpose, it uses a documentary *corpus* related to Santo Inácio coffee plantation, in particular, interviews with leaders recognized as authorized spokespersons of the different groups involved. The interviews provide narratives about the *colonato* that highlight the fundamental conflicts in constructing of notions of rights, helping to shape the genesis, the changes and the overcoming of the system.

Keywords: Colonato. Conflicts. Daily resistance. Authorized spokespersons.

Recebido em 29/08/2018

Aprovado em 18/10/2018